

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 20.º - O Tribunal de Justiça da União Europeia

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

1. No âmbito das respectivas competências, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Grande Instância garantem o respeito do direito na interpretação e aplicação do presente Tratado e da legislação adoptada em sua aplicação.

A União e os Estados-Membros estabelecem as vias de recurso necessárias para assegurar uma protecção jurisdicional efectiva no domínio do direito da União.

2. O Tribunal de Justiça é composto por um juiz de cada Estado-Membro e é assistido por advogados-gerais. O Tribunal de Grande Instância é constituído, no mínimo, por um juiz de cada Estado-Membro, sendo o número de juizes fixado no Estatuto do Tribunal de Justiça. Os juizes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Grande Instância, bem como os advogados-gerais do Tribunal de Justiça, escolhidos entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnam as condições exigidas no artigo [XX] da Parte II, são nomeados de comum acordo pelos Governos dos Estados-Membros, por um mandato de **nove** anos. (8 palavras suprimidas)

3. O Tribunal de Justiça é competente para:

- decidir **os recursos interpostos ou** (1 palavra suprimida) as acções propostas **por qualquer das Instituições,** (2 palavras suprimidas) por um Estado-Membro, (3 palavras suprimidas) ou por pessoas singulares e colectivas nos casos referidos e segundo as modalidades previstas no artigo [YY] da Parte II;

- decidir a título prejudicial, a pedido dos órgãos jurisdicionais nacionais, sobre a interpretação do direito da União ou sobre a validade dos actos aprovados pelas Instituições;

- decidir sobre os recursos contra decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância ou, excepcionalmente, reapreciar essas decisões, nas condições previstas no Estatuto do Tribunal de Justiça.

Explication éventuelle :

Quanto ao n.º 1, segue-se a redacção em vigor – adaptada – do primeiro parágrafo do artigo 220.º

CE. O nome dado ao actual Tribunal de Primeira Instância é um claro recurso ao sistema jurisdicional francês.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 242.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Os recursos (2 palavras suprimidas) perante o Tribunal de Justiça (1 palavras suprimida) têm efeito (1 palavra suprimida) **devolutivo, salvo o disposto no artigo seguinte.** (21 palavras suprimidas)

Explication éventuelle :

Prefere-se uma versão simplificada do artigo 242.º CE, embora combinado com o artigo 243.º CE.

Na verdade, julga-se que a suspensão da execução do acto é uma das medidas cobertas pelo disposto na redacção agora proposta.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 241.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Mesmo depois de decorrido o prazo previsto no quinto parágrafo do artigo 230.º, qualquer parte pode, em caso de litígio que ponha em causa **um acto normativo emanado de qualquer das instituições da União ou pelo** (14 palavras suprimidas) BCE, recorrer aos meios previstos no segundo parágrafo do artigo 230.º para arguir, no Tribunal de Justiça, a inaplicabilidade desse acto.

Explication éventuelle :

Prefere-se apenas uma redacção mais genérica.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 240.º - B

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Suprimir a totalidade do Artigo 240.º - B

Explication éventuelle :

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 240.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Sem prejuízo da competência atribuída ao Tribunal de Justiça **pelo presente Tratado** (2 palavras suprimidas), os litígios em que a União seja parte não ficam, por este motivo, subtraídos à competência dos órgãos jurisdicionais nacionais.

Explication éventuelle :

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 240.º - C

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Os Estados-Membros comprometem-se a não submeter qualquer diferendo relativo à interpretação ou aplicação **do presente Tratado** (2 palavras surpimidas) a um modo de resolução diverso dos que nela estão previstos.

Explication éventuelle :

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 240.º- A

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

O Tribunal de Justiça não é competente em relação aos artigos 29.º e 30.º da Parte I nem em relação às disposições do Capítulo I da Parte II, respeitantes à política externa e de segurança comum.

No domínio do espaço de liberdade, segurança e justiça, a competência do Tribunal de Justiça exerce-se nos casos e com os limites previstos no artigo 9.º [...] da Parte II.»

Explication éventuelle :

Inserir-se uma remissão ao carácter específico e limitado da intervenção do Tribunal de Justiça no domínio do “Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”. É adequada a supressão do projecto de artigo 240.º-B, juntando num único artigo os domínios de não intervenção ou de intervenção mitigada do Tribunal de Justiça.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 239.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre qualquer diferendo entre os Estados-Membros, relacionado com o objecto **do presente Tratado** (2 palavras suprimidas), se esse diferendo lhe for submetido por compromisso.

Explication éventuelle :

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 237.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Nos limites a seguir indicados, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos litígios respeitantes:

- a) À execução das obrigações dos Estados-Membros, decorrentes dos Estatutos do Banco Europeu de Investimento. O Conselho de Administração do Banco dispõe, para o efeito, dos poderes atribuídos à Comissão no [artigo 226.º];
 - b) Às deliberações do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento. Qualquer Estado-Membro, a Comissão e o Conselho de Administração do Banco podem propor uma acção nesta matéria, nos termos do [artigo 230.º];
 - c) Às deliberações do Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento. As acções contra estas deliberações só podem ser propostas, nos termos do [artigo 230.º], pelos Estados-Membros ou pela Comissão e apenas por violação das formalidades previstas nos n.ºs 2 e 5 a 7, inclusive, do artigo 21.º dos Estatutos do Banco;
 - d) À execução das obrigações resultantes **do presente Tratado** (2 palavras suprimidas) e dos Estatutos do SEBC pelos bancos centrais nacionais. O Conselho do BCE disporá, neste contexto, em relação aos bancos centrais nacionais, dos poderes atribuídos à Comissão no [artigo 226.º] em relação aos Estados-Membros. Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que um banco central nacional não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força **do presente Tratado** (2 palavras suprimidas), esse banco central deve tomar as disposições necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.
-

Explication éventuelle :

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 234.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

O Tribunal de Justiça é competente para decidir, a título prejudicial, sobre:

- a) A interpretação **do presente Tratado** (2 palavras suprimidas);
- b) A validade e a interpretação dos actos das Instituições da União;
- c) A interpretação dos estatutos das agências, **organismos** ou órgãos criados por acto da União, desde que estes estatutos o prevejam.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada perante qualquer órgão jurisdicional de um dos Estados-Membros, esse órgão pode, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, pedir ao Tribunal de Justiça que sobre ela se pronuncie.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam susceptíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão é obrigado a submeter a questão ao Tribunal de Justiça.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional relativamente a uma pessoa que se encontre detida, o Tribunal de Justiça pronuncia-se com a maior brevidade possível, **no respeito pelo prazo fixado no Estatuto.**

Explication éventuelle :

Concorda-se em geral com a manutenção inalterada deste importante instituto. Por razões de harmonia, procura apenas aperfeiçoar-se a redacção, mantendo também aqui a referência aos “organismos”, aliás hoje referidos no mesmo artigo 234.º CE.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 233.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

A **instituição** ou as **instituições**, a agência, **organismo** ou o órgão de que emane o acto anulado, ou cuja abstenção tenha sido declarada contrária **ao presente Tratado** (2 palavras suprimidas), devem tomar as medidas necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

Esta obrigação não prejudica aquela que decorra da aplicação do segundo parágrafo do artigo 288.º.

O presente artigo aplica-se igualmente ao BCE.

Explication éventuelle :

Pelas razões aduzidas nas propostas de alteração feitas em relação ao artigo que define as “Instituições”, deve ser reposta a referência ao BCE neste artigo.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 232.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Se, em violação **do presente Tratado** (2 palavras suprimidas), o Parlamento Europeu, o Conselho ou a Comissão se abstiverem de se pronunciar, os Estados membros e as outras Instituições da União podem recorrer ao Tribunal de Justiça para que declare verificada essa violação. A presente disposição é aplicável, nas mesmas condições, às agências, **organismos** e órgãos da União que se abstenham de se pronunciar.

Esta acção só é admissível se a Instituição, agência, **organismo** ou órgão em causa tiver sido previamente convidado a agir. Se, decorrido um prazo de dois meses a contar da data do convite, a Instituição, agência ou órgão não tiver tomado posição, a acção pode ser proposta num novo prazo de dois meses.

Qualquer pessoa singular ou colectiva pode recorrer para o Tribunal de Justiça, nos termos dos parágrafos anteriores, para acusar uma das Instituições, agências, **organismos** ou órgãos da União de não lhe ter dirigido um acto que não seja recomendação ou parecer.

Explication éventuelle :

Apoiam-se as alterações propostas. Aperfeiçoa-se apenas o artigo.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 230.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

1. O Tribunal de Justiça fiscaliza a legalidade **dos actos adoptados em conjunto por Parlamento Europeu e Conselho**, (7 palavras suprimidas) dos actos do Conselho, da Comissão e do BCE, que não sejam recomendações ou pareceres, e dos actos do Parlamento Europeu e (19 palavras suprimidas) dos **demais órgãos, agências ou organismos da União ou por esta criados, com excepção das instâncias jurisdicionais, no exercício das respectivas funções jurisdicionais**, (6 palavras suprimidas) **susceptíveis de produzir** (2 palavras suprimidas) efeitos jurídicos em relação a terceiros.
2. Para o efeito, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer das acções com fundamento em incompetência, violação de formalidades essenciais, violação **do Tratado** (2 palavras suprimidas) ou de qualquer norma jurídica relativa à sua aplicação, ou em desvio de poder, propostas por um Estado-Membro, pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho ou pela Comissão.
3. O Tribunal de Justiça é competente, nas mesmas condições, para conhecer das acções propostas pelo Tribunal de Contas, pelo Banco Central Europeu, **pelo Comité Económico e Social** e pelo Comité das Regiões com o objectivo de salvaguardar as respectivas prerrogativas.
4. Qualquer pessoa singular ou colectiva pode intentar, nas mesmas condições, uma acção contra os actos **que afectem, de forma certa e actual, a sua situação jurídica**, (12 palavras suprimidas) bem como contra os actos **de alcance geral** (1 palavra suprimida) que lhe digam directamente respeito, sem implicar medidas de execução.
5. Os actos que criam os órgãos, (1 palavra suprimida) agências **ou organismos** da União podem prever condições e modalidades específicas relativas às acções propostas por pessoas singulares ou colectivas contra os actos **dessas entidades** (4 palavras suprimidas) destinados a produzir efeitos jurídicos **externos**.
6. As acções previstas no presente artigo devem ser propostas no prazo de dois meses a contar,

conforme o caso, da publicação do acto, da sua notificação ao recorrente ou, na falta desta, do dia em que o recorrente tenha tomado conhecimento do acto.

Explication éventuelle :

Procurou-se, no n.º 1, respeitar a actual lógica do Tratado, acolhendo e desenvolvendo as boas sugestões constantes do projecto do Praesidium, Harmonizou-se ainda a terminologia utilizada com aquela anteriormente proposta por nós para o artigo 34.º da Parte I.

No n.º 2 houve apenas uma modificação de alcance menor.

No n.º 3 inseriu-se referência ao Comité Económico e Social.

No n.º 4, seguiu-se a jurisprudência mais recente do TPI, no que toca à legitimidade dos particulares para o recurso de anulação, designadamente o acórdão Jégo-quére, de 3.5.2002, bem como dar resposta à advertência do Tribunal de Justiça no acórdão Union de Pequeños Agricultores, de 25.7.2002, quanto à necessidade de uma modificação do tratado para uma alteração do sistema de fiscalização da legalidade dos actos comunitários.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 229.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

As leis europeias, as leis-quadro europeias e as leis ou regulamentos do Conselho, aprovados por força **do presente Tratado** (2 palavras suprimidas), podem atribuir plena jurisdição ao Tribunal de Justiça para as sanções neles previstas.

Explication éventuelle :

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 229.º - A

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Sem prejuízo das restantes disposições do presente Tratado, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, pode aprovar disposições destinadas a atribuir ao Tribunal de Justiça, na medida determinada pelo Conselho, competência para decidir sobre litígios ligados à aplicação dos actos adoptados com base no presente Tratado que criem títulos comunitários de propriedade industrial. O Conselho recomendará a adopção dessas disposições pelos Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

Explication éventuelle :

Pese embora as conclusões do Círculo, não se vê razão para temer o exercício da soberania pelos Estados. Por outro lado, a solução actual é a mais conforme com o estatuto jurídico da propriedade no ordenamento jurídico comunitário. Deste modo, propõe-se a manutenção, inalterado, do actual artigo 229.º-A, introduzido pelo Tratado de Nice, que já em si mesmo representou um avanço significativo.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 228.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

1. Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que um Estado **membro** não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força **do presente Tratado** (2 palavras suprimidas), esse Estado deve tomar as disposições necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

2. Se a Comissão considerar que o Estado-Membro em causa não tomou as medidas necessárias à execução do acórdão(2 palavras suprimidas), pode submeter (1 palavra suprimida) o caso **ao Tribunal de Justiça, após ter dirigido ao Estado membro em causa um parecer fundamentado, no qual especificará os pontos em que o Estado membro não executou o acórdão do Tribunal de Justiça e dará ao Estado membro um prazo razoável para se pronunciar e para dar cumprimento ao acórdão do Tribunal de Justiça** (13 palavras suprimidas). **Na sua petição, a Comissão propõe** (1 palavra suprimida) o montante da quantia fixa ou da sanção pecuniária compulsória; a pagar pelo Estado-Membro, que considerar adequado às circunstâncias.

Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que o Estado-Membro em causa não deu cumprimento ao seu acórdão, pode condená-lo ao pagamento de uma quantia fixa ou de uma sanção pecuniária compulsória.

Este procedimento não prejudica o artigo 227.º.

3. Sempre que propuser uma acção no Tribunal de Justiça nos termos do artigo 226.º, por considerar que o Estado em causa não cumpriu a obrigação de comunicar as medidas de transposição de uma lei-quadro, a Comissão, se o considerar necessário, pode solicitar ao Tribunal de Justiça que, no mesmo acórdão, lhe seja imposto o pagamento de uma quantia fixa ou de uma sanção pecuniária compulsória, caso o Tribunal de Justiça declare verificado um incumprimento. Se o Tribunal de Justiça der provimento ao pedido da Comissão, o pagamento em questão produz efeitos no prazo determinado pelo Tribunal de Justiça no seu acórdão, **mas nunca antes da data da prolação do acórdão.**

Explication éventuelle :

Recusa-se a simplificação excessiva perfilhada no Círculo, conquanto se aceitem as soluções fundamentais aí explanadas. Prefere-se que, na hipótese do n.º 2, se obriga a Comissão a dirigir ao Estado inadimplente um parecer fundamentado, que delimitará de modo mais completo o objecto do processo e conferirá ao Estado um prazo razoável para se pronunciar ou cumprir, findo o qual a Comissão poderá interpor a acção.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 227.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Um Estado-Membro pode recorrer ao Tribunal de Justiça, se considerar que outro Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força **do presente Tratado** (2 palavras suprimidas).

Antes de um Estado-Membro propor uma acção contra outro Estado-Membro, com fundamento em pretenso incumprimento das obrigações que a este incumbem por força **do presente Tratado** (2 palavras suprimidas), deve submeter o assunto à apreciação da Comissão.

A Comissão formulará um parecer fundamentado, depois de os Estados interessados terem tido oportunidade de apresentar, em processo contraditório, as suas observações escritas e orais.

Se a Comissão não tiver formulado parecer no prazo de três meses a contar da data do pedido, a falta de parecer não impede o recurso ao Tribunal de Justiça.

Explication éventuelle :

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 226.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Se a Comissão considerar que um Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força **do presente Tratado** (2 palavras suprimidas), formulará um parecer fundamentado sobre o assunto, após ter dado a esse Estado oportunidade de apresentar as suas observações.

Se o Estado em causa não proceder em conformidade com esse parecer no prazo fixado pela Comissão, esta pode recorrer ao Tribunal de Justiça.

Explication éventuelle :

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 225.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

1. O Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) é competente para conhecer em primeira instância das acções referidas nos [artigos 230.º, 232.º, 235.º, 236.º e 238.º], com excepção das atribuídas a um tribunal especializado e dos que o Estatuto reservar para o Tribunal de Justiça. O Estatuto pode prever que o Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) seja competente para outras categorias de acções.

Das decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) ao abrigo do presente número **cabe** (4 palavras suprimidas) recurso para o Tribunal de Justiça, limitado às questões de direito, nas condições e limites previstos no Estatuto.

2. O Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) é competente para conhecer dos recursos interpostos das decisões dos tribunais especializados criados nos termos do artigo 225.º-A.

(57 palavras suprimidas - a totalidade do parágrafo)

3. O Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) é competente para conhecer das questões prejudiciais, submetidas por força do artigo 234.º, em matérias específicas determinadas pelo Estatuto.

Quando o Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) considerar que a causa exige uma decisão de princípio susceptível de afectar a unidade ou a coerência do direito da União, pode **declinar a sua competência e remeter o processo** (3 palavras suprimidas) ao Tribunal de Justiça, para que este **se pronuncie** (3 palavras suprimidas).

4. As decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância (38 palavras suprimidas) **ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do presente artigo podem ser reapreciadas a título excepcional pelo Tribunal de Justiça, nas condições e limites previstos no Estatuto, caso exista risco grave de lesão da unidade ou da coerência do direito da União ou violação dos direitos fundamentais de**

qualquer das Partes, tal como previstos no artigo 5.º do presente Tratado.

5. O disposto no número anterior não prejudica o eventual direito de recurso para as instâncias jurisdicionais previstas em instrumentos internacionais a que a União haja aderido, nos casos e condições previstos nos respectivos tratados.

Explication éventuelle :

O Praesidium diz que o artigo é inalterado, face ao actual artigo 225.º, embora seja certo que não o é. São propostas várias alterações, algumas de cariz formal, mas outras de alcance bastante significativo, procurando reforçar a vinculação deste Tribunal e do sistema jurisdicional comunitário pela obrigação de respeito pelos direitos fundamentais, de modo compatível com a prevista (no artigo 5.º da Parte I) possibilidade de adesão à vulgarmente conhecida Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 225.º - A

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

1. O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar (6 palavras suprimidas) leis europeias que criem tribunais especializados, adstritos ao Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) encarregados de conhecer em primeira instância de certas categorias de acções em matérias específicas. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam (1 palavra suprimida) sob proposta da Comissão **ou a pedido do Tribunal de Justiça, após parecer da Comissão ou do Tribunal de Justiça, conforme os casos** (17 palavras suprimidas). **Ao longo do processo legislativo, o Conselho delibera sempre por unanimidade.**
2. A lei europeia que crie um tribunal especializado fixará as regras relativas à composição desse tribunal e especificará o âmbito das competências que lhe forem conferidas. **Em qualquer caso, o tribunal especializado deverá ser composto por, no mínimo, um juiz por Estado membro ou, caso não se justifique, a sua composição deve assegurar a rotação dos juízes no estrito respeito pelo princípio da igualdade dos Estados.**
3. Das decisões dos tribunais especializados **cabe** (4 palavras suprimidas) recurso para o Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) limitado às questões de direito ou, quando tal estiver previsto na **respectiva** lei europeia **institutiva**, (7 palavras suprimidas) **abrangendo igualmente** (2 palavras suprimidas) as questões de facto.
4. Os membros dos tribunais especializados serão escolhidos de entre pessoas que ofereçam todas as garantias de independência e possuam a capacidade requerida para o exercício de funções jurisdicionais. São nomeados pelo Conselho, deliberando por unanimidade.
5. Os tribunais especializados aprovam o respectivo regulamento de processo, de comum acordo com o Tribunal de Justiça. Os tribunais especializados deliberam após aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.
6. Salvo disposição em contrário da lei europeia **institutiva**, (5 palavras suprimidas) aplicam-se aos

tribunais especializados as disposições **do Tratado** (2 palavras suprimidas) relativas ao Tribunal de Justiça e as disposições do seu Estatuto.

Explication éventuelle :

Admite-se, como «a maioria» do círculo propõe, a utilização do processo legislativo comum, envolvendo-se assim o Parlamento Europeu. Contudo, o Conselho deverá agir sempre por unanimidade, dada a enorme relevância e implicações das deliberações que prevêem a criação de tribunais especializados, hoje designados (no Tratado de Nice) por «câmaras jurisdicionais».

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 224.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

O Tribunal de Grande Instância é composto por, pelo menos, um juiz por Estado membro. O número de juízes (8 palavras suprimidas) é fixado pelo Estatuto do Tribunal de Justiça. O Estatuto pode prever que o Tribunal seja assistido por advogados-gerais.

Os membros do Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) **e os advogados-gerais, se os houver,** serão escolhidos de entre pessoas que ofereçam todas as garantias de independência e possuam a capacidade requerida para o exercício de altas funções jurisdicionais.

Os juízes e advogados-gerais são nomeados de comum acordo, por seis anos, pelos Governos dos Estados-Membros (9 palavras suprimidas).

De três em três anos, proceder-se-á à sua substituição parcial. Os membros cessantes podem ser nomeados de novo, **uma única vez.**

Os juízes designam de entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas), que pode ser reeleito.

Os juízes nomeiam o secretário do Tribunal e estabelecem o respectivo estatuto.

O Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) aprova o seu regulamento de processo, de comum acordo com o Tribunal de Justiça. O Tribunal de Grande Instância (3palavras suprimidas) delibera após aprovação do Conselho, deliberando por **unanimidade** (2 palavras suprimidas).

Salvo disposição em contrário do Estatuto do Tribunal de Justiça, são aplicáveis ao Tribunal de Grande Instância (3 palavras suprimidas) as disposições **do Tratado** (2 palavras suprimidas) relativas ao Tribunal de Justiça.

Explication éventuelle :

Convém deixar explícito no Tratado que este Tribunal será composto, no mínimo, por um juiz por Estado membro. São propostos alguns aperfeiçoamentos à redacção do artigo, Por razões de coerência e de asseguramento da respectiva independência, prevê-se a possibilidade de uma única renovação do mandato, mantendo-se o actual sistema de renovação trienal dos mandatos. Com isso, parece que se conseguirá que nenhum juiz ultrapasse os nove anos enquanto juiz.

Mais uma vez, exclui-se a intervenção do comité consultivo que será apreciado no artigo seguinte.

Mantém-se o actual sistema, exigindo a aprovação unanimitária no Conselho relativamente ao regulamento processual do Tribunal Tem funcionado, na medida do possível, contribuindo para a credibilidade dos tribunais comunitários.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 224.º - A

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Suprimir o Artigo 224.º - A

Explication éventuelle :

Constitui uma característica estruturante e genética da construção comunitária – com bons resultados, em geral, diga-se – a desingação directa dos juízes por comum acordo dos Estados. Cria as maiores reservas a proposta criação desta órgão. O que fará ? Apreciações curriculares ? Apreciações sobre as orientações ideológicas ou, no mínimo, doutriniais dos juízes a nomear? Parece que o objectivo de aperfeiçoamento das qualificações dos magistrados comunitários não deverá passar por aqui. Cada Estado poderá e, porventura, deverá institucionalizar mecanismos internos de controlo democrático da escolha dos juízes que indica, sem prejuízo para a sua necessária independência.

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 223.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

Os juízes e os advogados-gerais do Tribunal de Justiça, escolhidos de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnam as condições exigidas, nos respectivos países, para o exercício das mais altas funções jurisdicionais, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência, são nomeados de comum acordo pelos Governos dos Estados membros (8 palavras suprimidas).

(25 palavras suprimidas - a totalidade do parágrafo)

Os juízes designam de entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Justiça, que pode ser reeleito.

Os juízes designam o secretário e estabelecem o respectivo estatuto.

O Tribunal de Justiça estabelece o seu regulamento de processo. Esse regulamento é submetido à aprovação do Conselho, deliberando por **unanimidade** (2 palavras suprimidas).

Explication éventuelle :

Não se concorda com a intervenção do comité consultivo, pelas razões aduzidas na apreciação que se fará ao proposto artigo 224.º-a. Além disso, a redacção proposta reflecte a preferência já antes manifestada pela não renovação do mandato dos juízes, ligada a uma maior duração do mesmo, como garantia de independência..

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 245.º

Déposée par Monsieur Queiró

Qualité - Suppléant

O Estatuto do Tribunal de Justiça é fixado **em** Protocolo.

De acordo com o processo legislativo, a lei pode alterar as disposições do Estatuto, com excepção do Título I e do artigo 64.º. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam, quer a pedido do Tribunal de Justiça após consulta à Comissão, quer a pedido da Comissão após consulta ao Tribunal de Justiça. **O Conselho delibera por unanimidade, ao longo do processo legislativo.**

Explication éventuelle :